

Condenações de executivos poderiam cair com nova lei

No ano passado, as autuações contra pessoas físicas somaram R\$ 4,39 bilhões, segundo a Receita Federal

Por **Laura Ignacio, Valor** — São Paulo

14/07/2020 20h02 · Atualizado há 14 horas

Executivos que correm o risco de penhora de bens para pagar condenações por uso indevido de ágio pelas empresas que representam contam com o fim do voto de desempate para tentar reverter essas decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Muitos desses processos foram decididos pelo voto de qualidade de representante da Fazenda — forma de desempate que deixou de existir este ano.

No ano passado, as autuações sobre as pessoas físicas — proprietários ou dirigentes de empresas — somaram R\$ 4,39 bilhões, segundo a Receita Federal.

É o caso do presidente da BBC Processadora, empresa do Grupo Bradesco, fruto de uma joint venture entre Fidelity Processadora, Bradesco e ABN Amro Bank. Em janeiro, a 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do Carf condenou a BBC e o presidente da empresa por meio da responsabilidade tributária. A decisão foi publicada em junho (processo nº 19311.720165/2018-53).

“O relator entendeu que o executivo não teve conduta claramente ilícita ou dirigida para sonegar, que é o que permitiria responsabilizar”, diz Matheus Bueno de Oliveira, sócio do Bueno & Castro Tax Lawyers. Segundo ele, prevaleceu o voto divergente, no sentido de que o executivo tinha poderes e a empresa sozinha não faria nada. Por nota, o Bradesco disse que ainda não foi notificado e, tão logo isso ocorra, tomará as medidas cabíveis.

Em abril, a Lei nº 13.988 derrubou o voto de desempate por representante do Fisco. A partir daí, entre empresários, nasceu a esperança de afastar a responsabilidade solidária no Carf, sem a necessidade de depósito do valor em discussão em juízo, ou ter que arcar com um seguro garantia para discutir o processo no Judiciário. Porém, ao regulamentar a lei, a recente Portaria nº 260, do Ministério da Economia, deixou o responsável solidário de fora.

O tributarista Paulo Sigaud, sócio do Sigaud Advogados, afirma que em muitos casos foi aplicada multa qualificada de 150% por meio do voto de desempate.

De acordo com o artigo 135, inciso III do Código Tributário Nacional (CTN), diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são “pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos”.

Segundo levantamento apresentado por Sigaud, de 2015 a 2018, pelo menos 29 processos administrativos referentes ao uso de ágio discutiram a aplicação da responsabilidade solidária a executivos. Em 15 desses casos, a medida foi aplicada e, em 11 deles, houve a ocorrência da multa qualificada de 150%.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que seu entendimento sobre responsabilidade solidária acompanha a jurisprudência sobre a responsabilidade tributária em geral. “Depende tanto dos fatos apurados por cada processo de fiscalização, como do entendimento de cada turma sobre os requisitos necessários ao seu enquadramento”, diz.

Segundo a tributarista Luciana Rosanova Galhardo, sócia da área tributária do escritório Pinheiro Neto, o Carf acaba atribuindo responsabilidade solidária para o administrador porque ele é quem sente o risco de um processo criminal e prefere pagar. “Por isso, às vezes, vejo a autuação por fraude aplicada ao executivo como uma forma de induzir o contribuinte a pagar”.

Para a tributarista, casos como o da BBC devem subir para análise da Câmara Superior do Carf. Ela avalia que se lá prevalecer a Portaria nº 260 do Ministério da Economia, em vez da legislação, as discussões sobre a responsabilidade solidária vão continuar indo para a Justiça. “Tudo o que for julgado diferente da nova lei levaremos para o Judiciário”.

Uma definição a respeito da questão pode ter reflexos também nos casos futuros. Isso seria importante já que a Receita Federal continua a manter o foco nas “reorganizações societárias suspeitas de serem motivadas meramente para a redução de tributos”. A prioridade está listada no Plano de Fiscalização da Receita Federal 2020.

14/07/2020 19:36:48

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Apto, 2 Quartos, Real Parque
R\$ 2.800 - QUINTOANDAR.COM.BR

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Adidas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

EZ Mark
EZTEC

LINK PATROCINADO

Homem visita seu parente idoso e vê isso debaixo da cama, depois percebe o que é
FREE HUB

LINK PATROCINADO

Galaxy S20 com os melhores preço. Tenha o Seu!
MELHORES OFERTAS

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Renner que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Latam deve ficar menor que Azul após recuperação judicial

VALOR INVESTE

Caixa antecipa saque do auxílio emergencial para aprovados do terceiro lote

VALOR INVESTE

Medidas de isolamento de governadores e prefeitos 'sempre visaram retardar contágio' da covid-19, diz Bolsonaro

Mais do Valor **Econômico**



Hidrovias do Brasil convoca assembleia sobre oferta pública de ações

Retomada do processo de listagem no Novo Mercado também estará em pauta

15/07/2020 10:22 — Em Empresas



BC da China injeta US\$ 57 bi em liquidez no sistema bancário e mantém juros

Taxa de empréstimos com vencimento em um ano ficou em 2,95%

15/07/2020 10:16 — Em Finanças



Witzel se defende de suspeita de corrupção em possível delação de ex-secretário

Governador do RJ afirmou no Twitter que jamais se desviou do caminho da lei

15/07/2020 10:10 — Em Política

Dólar recua a R\$ 5,30 e juros longos caem com notícia positiva sobre vacina

Investidores acompanham avanços nos testes para tratamento da covid-19

15/07/2020 10:03 — Em Finanças



Lucro líquido da dona da Amil dobra no 2º trimestre, para US\$ 6,64 bilhões

UnitedHealth atribui desempenho à queda do índice de sinistralidade médica de 83,1% para 70,2% em razão do adiamento de consultas devido à pandemia

15/07/2020 09:56 — Em Empresas

Corteva lança novo agrotóxico para pastagens e plataforma de apoio a pecuarista

Empresa já é líder em vendas de herbicidas para o segmento no país

15/07/2020 09:55 — Em Agronegócios

[VEJA MAIS](#)